

# CAFÉ DE FAMÍLIA: lavoura competitiva de alta produtividade e qualidade superior

José Sidnei Gonçalves<sup>1</sup>  
Sueli Alves Moreira Souza<sup>2</sup>  
Nelson Batista Martin<sup>3</sup>

## 1 - CAFÉ COMO ESTRUTURADOR DA SOCIEDADE PAULISTA

O café constituiu-se como atividade estruturadora da economia paulista. A expansão cafeeira do século XIX correspondeu a intenso impulso no alargamento da fronteira agrícola estadual, primeiro no Vale do Paraíba, depois rumo a Oeste, tomando as terras de Campinas e Ribeirão Preto. Mais tarde aprofundou seu caminho para Oeste, atingindo a Alta Paulista até alcançar o Norte do Paraná. Nos anos setentas, o café reverte seus rumos e volta-se para Minas Gerais com os grandes plantios no Cerrado. Nesse desenvolver o café forjou a moderna economia brasileira; afinal, foi nas suas franjas que ergueu-se a indústria nacional a partir de São Paulo.

A importância do café na economia paulista é incontestável, assim como na moderna estrutura produtiva brasileira. O café chegou a representar, na década de 20, 68% das exportações totais brasileiras, tendo reduzido essa participação até os anos quarentas, quando retoma e atinge 63% nos anos cinqüentas. Na década de 60 ainda representava 46,7% das cambiais internalizadas na economia brasileira, demonstrando que a despeito da profunda mudança estrutural realizada com o processo de industrialização, a base geradora de receitas de exportação era proveniente das vendas do complexo cafeeiro. Outro ponto a se considerar está relacionado com o volume exportado, que atinge níveis cres-

centes desde os anos quarentas, quando totalizava 13,5 milhões, chegando a 17,1 milhões de sacas na média dos anos sessentas (Tabela 1). No ano 2000 as receitas da exportação de café, US\$1,76 bilhão, representaram apenas 3% das exportações brasileiras.

TABELA 1 - Quantidade e Valor das Exportações de Café e sua Relação com as Exportações Totais, Brasil, Médias Anuais de 1900-09 a 1960-69

Período	Quantidade (sc.60kg)	Valor (US\$1.000)	%	Exportações totais (US\$1.000)
1900-1909	12.979.925	115.036	53,0	217.193
1910-1919	11.870.187	170.857	52,5	325.494
1920-1929	13.576.874	272.681	68,1	400.389
1930-1939	15.015.661	159.496	54,5	292.878
1940-1949	13.539.177	279.938	39,5	707.963
1950-1959	14.893.075	915.900	63,3	1.446.532
1960-1969	17.113.643	742.955	46,7	1.589.628

Fonte: IBC/BB, citados em PAIVA; SCHATTAN; FREITAS (1973).

A função estruturadora do café envolve a sustentação do primeiro ciclo de industrialização brasileira, que completou-se em 1930, tendo sido as primeiras décadas desse século um período em que, na medida em que o café evoluía, eram geradas cambiais que financiavam a expansão industrial. É preciso entender que o complexo cafeeiro envolvia mais que a lavoura, tendo forjado uma moderna logística representada pelas estradas de ferro que penetraram o sertão no rastro do café, além da comercialização em bolsa e dos bancos cafeeiros. Além disso, criou a civilização dos engenheiros com as escolas politécnicas e de agronomia, na mesma medida em que a base técnica foi derivada das instituições de pesquisa criadas para produzir conhecimento aplicado.

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola e Coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

<sup>2</sup>Economista, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica do Instituto de Economia Agrícola e Assistente Técnico de Direção da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

<sup>3</sup>Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

Nesse sentido, o café forjou a base da moderna economia capitalista paulista e brasileira.

A despeito da informação de que teria havido no pós-30 uma derrocada do café, na verdade houve perda de importância relativa mas não de importância absoluta em termos de cambiais internalizados. A receita do café, na mesma medida em que financiava outros segmentos exportadores, viabilizando a diversificação produtiva, garantiu o financiamento das transformações produtivas brasileiras até os anos sessentas. É decisivo realçar que, na própria lavoura, o aparecimento de outras culturas derivou do financiamento pela economia cafeeira da geração de base técnica alternativa, desde o início do século, para atividades como o algodão, cana, laranja e cereais em geral. Firma-se assim o café como alicerce estruturador da economia paulista e brasileira.

Um aspecto importante a ser frisado na cafeicultura do primeiro quartel do século XX está na visão distorcida de que só seria possível plantar grandes cafezais. Isso é verdade para os cafezais da fronteira agrícola na época, representada por Ribeirão Preto e São Carlos, onde em torno de 80% das propriedades tinham mais de 100 mil pés de café. Noutro lado, na região do Vale do Paraíba, 81% das propriedades cafeeiras tinham menos de 50 mil pés, tendo claro que se tratava no período de zona de cafeicultura decadente, da qual a cultura posteriormente iria desaparecer. Na zona de Bragança Paulista, próxima a Campinas, também era expressiva a presença de pequenos cafezais. Já nas regiões de Araraquara e Botucatu a distribuição, embora fosse mais expressiva para os cafezais acima de 100 mil pés, mostrava importantes índices das fazendas menores (Tabela 2). O café de Ribeirão Preto, como núcleo dinâmico do ciclo expansivo da rubiácea em bases modernas, atraiu investimentos significativos do capital comercial ligado à exportação e viabilizou um grande negócio cuja lógica era determinada num espaço de valorização do capital mais amplo que as fazendas cafeeiras.

O constante caminhar no sentido oeste produziu o que se conhece como trilha do café, numa sucessão de áreas dinâmicas, no início na trilha da terra roxa. Na sua constante mudança de zonas de produção, alterou a dinâmica econômica e social abrindo novos eldorados, sempre

com um novo café. De Bananal, no Vale do Paraíba, a Ribeirão Preto, deixou para trás mais que pastagens decadentes, o café escravocrata. Assim, a cada novo eldorado tem-se um novo café. Antes da metade do século XX, esse processo caracteriza o café como eterno rufião de terras virgens, com a expansão da produção centrada no nomadismo da abertura de novas fronteiras. Para trás ficam os velhos cafezais com baixa produtividade que, puxando as médias para baixo, comprometem a competitividade da produção. As pragas e doenças, os planos de erradicação e as geadas acabam sepultando a atividade nas velhas regiões cafeeiras. Ficam terras exauridas, infra-estrutura ociosa e problemas socioeconômicos decorrentes da falta de alternativa. Muitas das velhas regiões cafeeiras nunca se reergueram na agricultura, ainda que com a notável exceção de Campinas, Ribeirão Preto e Norte do Paraná, onde, em seqüência ao café, avançaram novos produtos estimulados por políticas públicas: a cana para indústria e a soja.

## **2 - MUNDO NOVO DE CAFÉ: nova base técnica criada pela inteligência paulista nos anos cinqüentas**

No café, o ocupar das fronteiras não se realizou sem a firme presença estatal que se iniciou com os planos de valorização da República Velha, seguidos pela criação da base técnica do novo café pela pesquisa agropecuária paulista a partir dos anos trintas. É fundamental ter-se claro que os caminhos do café não foram trilhados apenas pelo nomadismo da cultura na busca de novas frentes de terra roxa. Houve uma profunda alteração da base técnica derivada da pesquisa nacional, que abriu espaço para o plantio de café de alta produtividade e qualidade superior em terras então consideradas menos férteis. Esse fato ocorreu nos anos cinqüentas, quando a cultura ocupava a então última fronteira visível de terra roxa, representada pelo Norte do Paraná. Com novas conquistas da ciência genética, o café, então cultura só factível em terra roxa, ganhou nos anos cinqüentas a variedade IAC Mundo Novo, o "zebu" do café, que permitiu desenvolver a cultura em terras menos férteis, como os podzolizados, em substituição aos plantios exclusivos em latos-

TABELA 2 - Distribuição do Número de Cafeeiros, Segundo Estratos de Números de Pés, para Alguns

## Municípios Paulistas, 1904-05

Estrato	São José dos Campos		Bragança Paulista		Ribeirão Preto	
	1.000 pés	%	1.000 pés	%	1.000 pés	%
Até 50 mil	3.326,2	81	7.111,7	67	2.051,1	7
50 a 100 mil	436,0	10	1.092,1	11	2.953,3	10
Mais de 100 mil	430,0	9	2.366,0	22	24.089,9	83
Total	4.492,2	100	10.569,8	100	29.094,4	100

  

Estrato	São Carlos		Araraquara		Botucatu	
	1.000 pés	%	1.000 pés	%	1.000 pés	%
Até 50 mil	2.992,7	12	4.087,0	22	4.170,4	34
50 a 100 mil	2.868,5	11	4.085,0	23	2.650,1	21
Mais de 100 mil	19.188,0	77	10.040,0	55	5.508,0	45
Total	25.049,2	100	18.212,8	100	12.328,5	100

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica, 1904-05, citada em LOUREIRO (1984).

solo roxo. Aí está a origem do Novo Café do Cerrado Mineiro, pois, sem a revolução tecnológica empreendida a partir de São Paulo, essa opção sequer poderia ser pensada. Entretanto, as conquistas tecnológicas perecem numa atividade arraigada ao tradicionalismo. Tanto é que foram necessários intensos planos de erradicação nos anos sessentas e as geadas de 1970 para que o IAC Mundo Novo e seus sucedâneos se transformassem nos materiais mais plantados.

Analisando a produção brasileira pelas médias trienais dos anos trintas ao final dos anos noventas, verifica-se não apenas um incremento da produtividade mas, principalmente, tendo em conta que o café deixou a terra roxa e ganhou os cerrados, a demonstração da capacidade nacional de realizar endogenamente a geração do conhecimento produtivo. A área de café caiu de algo próximo a 3,5 milhões de hectares em 1934-36 para 2,0 milhões de hectares em 1994-96 (-42,9%), com a produção caindo de 2,9 milhões de toneladas para 2,3 milhões de toneladas (-20,7%), excluindo-se da análise o período 1997-99, cuja queda de produção derivou de problemas climáticos (Tabela 3). Dessa forma, verifica-se uma queda da área mais significativa que da produção, o que, tendo em vista a mudança do padrão do solo, revela a expressão da competência da pesquisa brasileira em manter o agronegócio cafeeiro competitivo no contexto internacional. Fruto desse processo, a produção nacional evoluiu em vista da necessidade de manter a posição no mercado internacional, superando limitações de ordem natural e de características estruturais de produção, logística e mercado. Em função disso, o Brasil ainda é a maior nação cafeeira do mun-

do, e o café ainda é uma das maiores possibilidades de inserção internacional do País.

TABELA 3 - Evolução da Área, Produção e Rendimento da Lavoura de Café, Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1997-99

Triênio	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1934-36	3.494.741	2.907.625	832
1944-46	2.370.125	1.625.906	686
1954-56	3.229.398	2.257.349	699
1964-66	3.419.538	2.834.797	829
1974-76	1.864.202	2.175.524	1.167
1984-86	2.543.533	2.914.889	1.146
1994-96	1.982.051	2.334.856	1.178
1997-99	1.879.755	1.702.034	905

Fonte: Dados básicos da FIBGE.

As exportações nacionais de café no final dos anos noventas mostram nitidamente essa realidade. Os volumes exportados cresceram de 16,7 milhões para 23 milhões de sacas no período 1997-99. Interessante lembrar que os números de 1997 estão no mesmo nível da média dos anos sessentas, mostrando uma relativa estagnação dos volumes de café brasileiro vendidos no mercado internacional. Noutro ponto, tendo os valores das vendas externas caído de US\$3 bilhões em 1997 para US\$2,4 bilhões em 1999, verifica-se uma nítida tendência de queda dos preços internacionais do produto no período. Ainda assim, o café representou mais de 5% das cambiais internalizadas, com o que se constitui num dos mais importantes produtos da pauta das

exportações brasileiras (Tabela 4). Mas, no ano 2000, com a equivocada política de retenção do produto com restrição das exportações, o café volta a reduzir o volume exportado e queda na receita. Esses indicadores do final do século XX consolidam o Brasil como o maior produtor e exportador mundial de café, na mesma medida em que revela o impacto de políticas de desova de estoques sobre as cotações internacionais, ou seja, ainda é formador do preço internacional.

TABELA 4 - Quantidade e Valor das Exportações de Café e sua Relação com as Exportações Totais, Brasil, Médias Anuais de 1997-99

Período	Quantidade (sc.60kg)	Valor (US\$1.000)	%	Exportações totais (US\$1000)
1997	16.753.000	3.091.040	5,8	52.994.000
1998	18.215.000	2.593.613	5,1	51.140.000
1999	23.017.000	2.443.841	5,1	48.011.000

Fonte: Elaborada pelo IEA a partir de dados do SECEX.

A estrutura da lavoura cafeeira brasileira também mostra um perfil, na metade da década de 90, em que prevalecem as propriedades com cafezais de áreas menores que 100 hectares, que representavam 83,5% dessa lavoura em 1995-96, percentual similar ao de número de pés colhidos (82,5%). A densidade entre os diferentes tamanhos de lavouras se mostra similar, levando à conclusão da inexistência de distintos potenciais de produção física por unidade de área, em função do perfil de propriedade (Tabela 5). Na verdade, nessa cultura perene, a questão da escala ainda não foi plenamente equacionada, haja vista a disponibilidade de tecnologias para plantio adensado que possibilitam produtividades muito superiores, o que permite dimensionar um grande parque cafeeiro com base em inúmeras propriedades familiares com cultivo superadensado, gerando cafés de alta qualidade com produtividade elevada. Noutros termos, a escala nessa cadeia de produção se dá fora da lavoura, definida pela eficiência da logística.

Depois de mais de um século de hegemonia brasileira no mercado internacional de

TABELA 5 - Cafezais Segundo a Área de Colheita, Brasil, 1995/96

Grupos de área de	Área colhida	Pés colhidos	Pés/ha
-------------------	--------------	--------------	--------

colheita (ha)	(ha)	(mil pés)	
Menos de 10	675.098	813.306	1.205
10 a menos de 100	838.556	1.063.140	1.268
100 a menos de 500	260.329	350.613	1.347
Mais de 500	38.267	46.831	1.224
Total	1.812.250	2.273.890	1.255

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, 1995-96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

café, não há dúvidas do sucesso das políticas estatais, ainda que se possa criticar seus efeitos sobre a estrutura de produção e o perfil da sociedade. No plano estrutural, a intervenção estatal sempre foi a regra. Nos primórdios foram as políticas estaduais capitaneadas pelo Instituto de Café do Estado de São Paulo, nos anos vinte, depois pelas políticas federais do Instituto Brasileiro do Café (IBC), desde os anos cinqüentas, e agora pelo Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC). Nesse quase um século de política cafeeira mudaram as regiões e as instituições mas as preocupações básicas mantiveram-se as mesmas: estabilizar a renda dos cafeicultores com as ações de intervenção no mercado pelo controle dos estoques criando rigidez de preços para baixo. A modernidade do Novo Café exige mais que isso, e o desafio de encontrar o novo desenho de política está posto na realidade atual, quando surge a maior presença privada na condução das ações de política.

Outro elemento estratégico no café corresponde à estrutura de mercado. Para uma atividade que há mais de um século mostra presença importante na agricultura brasileira, o nível de desenvolvimento da cadeia de produção, quanto aos interesses orquestrados na busca de concretizar objetivos mais amplos que os particulares, mostra-se pouco desenvolvido. A própria agroindústria de solúvel data dos anos sessentas. Reflexo de uma realidade em que o Estado ditava as regras e os agentes a elas se submetiam para gozarem de proteção em relação à concorrência internacional. A integração mais intensa na busca de consensuar objetivos e metas revela-se recente no agronegócio do café.

O conjunto desses dois pontos, alteração de formato da intervenção estatal e avanço na orquestração de interesses entre agentes da cadeia de produção, representa o desafio da construção da nova institucionalidade para a política cafeeira. Mas em outro patamar. O Brasil

mantém-se como maior produtor e exportador de café, apesar de todo o equívoco da política comercial desde os anos sessentas, que protegeu concorrentes em detrimento da inserção brasileira. Agora essa política comercial tem de ser alterada para ampliar a presença do Café do Brasil no mundo, reconquistando posições de mercado. Mais que em nenhum outro país tem-se aqui as condições competitivas superiores.

### 3 - CAFÉ DE FAMÍLIA: descomoditizando o agronegócio pela qualidade superior

A questão estrutural representa um desafio secular da transformação da agricultura e da economia brasileira. Tendo nascida das capitâneas hereditárias, a lavoura já surge como um grande empreendimento comercial pois, a fim de atrair comerciantes para investir no negócio do açúcar, foram estabelecidos incentivos, dentre os quais o domínio de largas faixas de terra. Essa concentração fundiária concebida como elemento congênito da estrutura socioeconômica foi reafirmada nos atos posteriores do Império e da República. Dois elementos emergem dessa opção e perpetuam-se como se fossem perenes e inexoráveis na estrutura econômica brasileira: a grande propriedade fundiária e a produção de *commodities* em larga escala para atender demanda indiferenciada do mercado internacional. O que se quer demonstrar é que essas características não são próprias nem irremovíveis e que se pode desenhar outro modelo de desenvolvimento que, no café, representa sua descomoditização e o plantio com alta produtividade e qualidade superior em propriedades familiares. Trata-se de um projeto que rompa com a tendência aprofundadora de iniquidades e reverta da exclusão social um imenso contingente da população brasileira, erguendo a lavoura do café de família articulada numa cadeia de produção governada pela qualidade.

Na procura da superação das diferenças sociais e regionais, numa economia continental como a do Brasil, não há alternativa de irradiação, para todo espaço geográfico, das mudanças redutoras da exclusão social que não se assentem em transformações econômicas baseadas em cadeias de produção centradas em lavouras e criações. Não é demais lembrar que, para cada unidade monetária de renda gerada na roça, a multiplicação na estrutura da cadeia faz gerar outras nove unidades nos agronegócios plenamente

desenvolvidos. De qualquer forma, a economia brasileira não pode prescindir do café como elemento estruturante gerador de emprego e de renda, e, dessa maneira, mais que em qualquer outro tempo, o desenvolvimento harmônico da cadeia de produção de café representa uma necessidade nacional. Não há projeto consistente de agricultura competitiva no Brasil sem que se recolque o café em lugar destacado como um dos seus principais segmentos. Trata-se da opção mais viável para complementar o modelo dos grãos, com a vantagem de ser viável em escalas menores e gerar maior renda e emprego por unidade de área.

Analisando os cafezais paulistas, nota-se a relevância da opção pela cafeicultura familiar, uma vez que os plantios com menos de 100 hectares representam 72,8% da área colhida e 72,4% dos pés em produção, em 1995-96 (Tabela 6). Esse quadro mostra de forma nítida os impactos do adensamento de plantio nessas unidades, tendo em vista que a média encontrada é de mil pés em produção por hectare, enquanto a tecnologia de ponta permitiria incrementar em até 10 vezes o número de plantas por unidade de área, com efeitos na renda e no emprego. A demanda de força de trabalho nos plantios superadensados é 5 vezes maior que nos plantios tradicionais, principalmente se realizada a opção pela intensificação da busca da qualidade com tratos culturais especiais e mais intensivos em mão-de-obra, como a colheita de grãos maduros no pano para obter-se melhor qualidade de bebida. Esse perfil de cafeicultura ampliaria sobremaneira a base social do agronegócio paulista se articulada com uma estrutura de pós-colheita concebida com base nos preceitos de valorização da qualidade. A harmonização de interesses na cadeia de produção configura-se como um objetivo estratégico para que os cafés de São Paulo tenham como predicado, nas transações internas e externas, a qualidade superior certificada, identificada por selo de origem.

A rentabilidade desse tipo de plantio pode ser convenientemente mensurada nas lavouras já implantadas em escala comercial nas principais regiões cafeeiras paulistas. De forma geral, nota-se que o custo total por hectare é mais

TABELA 6 - Cafezais Segundo a Área de Colheita, São Paulo, 1995/96

Grupos de área de colheita (ha)	Área colhida (ha)	Pés colhidos (mil pés)	Pés/ha
---------------------------------	-------------------	------------------------	--------

Menos de 10	62.337	56.717	910
10 a menos de 100	94.061	96.650	1.027
100 a menos de 500	54.412	54.455	1.001
Mais de 500	3.923	4.016	1.024
<b>Total</b>	<b>214.733</b>	<b>211.838</b>	<b>987</b>

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, 1995-96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

alto quando parte-se do sistema de cultivo tradicional com colheita mecânica para os superadensados com colheita manual. O hectare de café superadensado tem um custo total de produção 76% a 85% superior ao do tradicional, o que configura a exigência de um volume de capital por hectare muito mais elevado (Tabela 7). Dessa maneira, não se trata de uma simples mudança da base técnica, mas de uma reengenharia da propriedade de cafeicultura familiar no sentido de amplificar sua capacidade de geração de renda e emprego. Isso só será factível se objeto de uma política pública explícita nesse sentido. A formação de cafezais representa uma decisão de investimento com retorno a médio prazo e, ainda que esteja presente o conhecimento técnico para executá-la nos moldes da cafeicultura familiar, é necessário que a política estatal configure nos modelos de financiamento adotado uma preocupação com essa mudança estrutural, pois, caso contrário, em se tratando de uma cultura perene, serão necessárias décadas para que isso seja realidade. Ainda assim, nas regras atuais do mercado, pode ocorrer um fortalecimento da grande propriedade cafeeira com perda de mais uma oportunidade de um ajuste estrutural não excluído.

A questão da sustentabilidade desses empreendimentos também está demonstrada, uma vez que o cultivo superadensado com colheita manual permite lucro total por unidade de área variando de R\$4.202,30 até R\$5.772,87 (Tabela 7). Numa simulação pode-se dizer que, na média, o lucro total anual de uma propriedade de 10 hectares de cafezais seria de R\$50.600,00, o que corresponderia a uma renda mensal (13 salários no ano) de R\$3.900,00. Verifica-se a possibilidade concreta de que seja auferida uma renda com padrão de classe média por uma família rural dedicada à cafeicultura de qualidade. Mais uma vez, a oportunidade de estruturação de uma base agrária compatível com o desenvolvi-

TABELA 7 - Custo Total e Lucro Total de Lavouras de Café, São Paulo, 1998/99

(R\$)

mento sustentável, da ótica da inclusão de grandes massas de empreendedores no processo de transformação econômica, está posta para os gestores das políticas públicas. Ressalve-se que esse movimento nunca emergirá do ajuste pelo mercado; ao contrário, as decisões de investimento na agricultura decorrem de decisões governamentais. O primeiro quesito a ser considerado na definição da política de financiamento é que a cafeicultura familiar pressupõe, nos moldes propostos, uma ruptura com a idéia de que a agricultura familiar seria formada de uma imensa gama de pequenos proprietários de baixa renda. A concepção do resgate dessa realidade exige a implantação de projetos cujos padrões de renda programados emancipem esse público da dependência de recursos públicos, rompendo o círculo vicioso da perpetuação da pobreza.

Analisando a eficiência social, verifica-se que os sistemas mais adensados não apenas apresentam maiores produtividades por unidade de área como ocupam mais mão-de-obra, indicadores consistentes com a análise de rentabilidade (Tabela 8). Verificando o extremo dos coeficientes técnicos de utilização de mão-de-obra (média das 4 regiões), uma área de 100 mil hectares de café superadensado exigiria 10,6 milhões de dias-homens, ou seja, o equivalente ao trabalho de 53 mil pessoas numa média de 200 dias trabalhados em cada ano. No sistema mais mecanizado e não adensado (tradicional com colheita mecânica), os mesmos 100 mil hectares de café necessitariam de 3,3 milhões de dias-homens, o que, mantido o coeficiente de dias trabalhados em cada ano, totalizaria 16.385 pessoas. Nesse sentido, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, seria interessante uma ação de estímulo à reconversão dos cafezais das pequenas e médias propriedades, que utilizam o sistema tradicional em cultivos adensados. É importante também fixar, como pressuposto da política cafeeira, que o benefício de recursos públicos deve ser direcionado apenas para cultivos adensados em pequenas e médias propriedades. Para áreas maiores de 100 hectares, os empreendedores em lavouras de café deveriam arcar com todo investimento e risco.

Outro aspecto a ser destacado consiste na intensificação do uso do solo com o cultivo adensado, o que mais uma vez dá sustentação à

Região/Tecnologia	Custo total		Lucro total	
	ha	sc.	ha	sc.
<b>Região de Piraju</b>				
Superadensado colheita manual	4.427,13	73,79	5.772,87	96,21
Adensado colheita manual	3.439,55	85,99	3.360,45	84,01
Adensado colheita mecânica	3.037,26	75,93	3.762,74	94,07
Tradicional colheita manual	2.803,54	127,43	936,46	42,57
Tradicional colheita mecânica	2.507,07	113,96	1.232,93	56,04
<b>Região de Espírito Santo do Pinhal</b>				
Superadensado colheita manual	5.129,35	88,44	4.730,65	81,56
Adensado colheita manual	3.685,71	92,14	3.114,29	77,86
Adensado colheita mecânica	3.263,56	81,59	3.536,44	88,41
Tradicional colheita manual	3.149,22	136,92	760,78	33,08
Tradicional colheita mecânica	2.908,60	126,46	1.001,40	43,54
<b>Região de Franca</b>				
Superadensado colheita manual	4.665,96	77,77	5.534,04	92,23
Adensado colheita manual	3.961,43	99,04	2.838,57	70,96
Adensado colheita mecânica	3.123,13	78,08	3.676,87	91,92
Tradicional colheita manual	3.430,84	114,36	1.669,16	55,64
Tradicional colheita mecânica	2.657,58	88,59	2.442,42	81,41
<b>Região de Marília</b>				
Superadensado colheita manual	4.297,70	85,95	4.202,30	84,05
Adensado colheita manual	3.135,87	104,53	1.964,13	65,47
Adensado colheita mecânica	1.736,70	91,22	2.363,30	78,78
Tradicional colheita manual	2.649,83	132,49	750,17	37,51
Tradicional colheita mecânica	2.318,10	115,91	1.081,90	54,10

Fonte: Elaborada pelo autores a partir de dados básicos de VEGRO; MARTIN; MORICOCHI (2000).

TABELA 8 - Utilização de Mão-de-Obra por Hectare de Café, por Região e Diferentes Sistemas de Produção, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1998/99  
(em dias-homens)

Sistema de produção	Piraju	Espírito Santo do Pinhal	Franca	Marília
Superadensado colheita manual	108,10	99,94	115,45	100,80
Adensado colheita manual	73,13	86,81	74,13	73,13
Adensado colheita mecânica	55,33	51,23	34,03	55,33
Tradicional colheita manual	33,73	62,81	58,70	37,29
Tradicional colheita mecânica	28,36	54,75	22,68	25,29

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados básicos de VEGRO; MARTIN; MORICOCHI (2000).

propositura de expansão da cafeicultura familiar. Para a mesma unidade de área, assumindo o mesmo patamar de preços, a produção em sistema superadensado com colheita manual (médias das quatro regiões) garante uma renda bruta 2,4 vezes maior que no sistema tradicional com colheita mecânica, ou seja, para um hectare de café superadensado exige-se um alqueire paulista de café tradicional, a fim de obter a mesma

TABELA 9 - Rendimento por Hectare de Café, por Região e Diferentes Sistemas de Produção, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1998/99

produção. Noutra comparação, a produção de uma propriedade de 100 hectares de café superadensado seria equivalente a uma de 240 hectares de café tradicional (Tabela 9). Ressalte-se que, da ótica da qualidade da bebida, o sistema de colheita manual de cafés superadensados não encontra concorrente; desse modo, os preços podem ser superiores, alargando os diferenciais de rentabilidade. **Noutras palavras, não há ra-**

( em sacas de café beneficiado)

Sistema de produção	Piraju	Espírito Santo do Pinhal	Franca	Marília
Superadensado colheita manual	60	58	60	50
Adensado colheita manual	40	40	40	30
Adensado colheita mecânica	40	40	40	30
Tradicional colheita manual	22	23	30	20
Tradicional colheita mecânica	22	23	30	20

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados básicos de VEGRO; MARTIN; MORICCHI (2000).

**ção para as políticas públicas sustentarem, com recursos fiscais escassos, o financiamento de grandes lavouras de café. Por superioridade social, econômica e ambiental, pela sustentabilidade e competitividade superiores, há de se privilegiar o café de família.**

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do café como instrumento de uma política de alavancagem da renda e do emprego na propriedade familiar brasileira tem como pressupostos alguns elementos fundamentais da estrutura econômica nacional. **O primeiro aspecto** está no descolamento da expansão cafeeira dos processos de especulação imobiliária, tal como ocorreu nos cafezais paulistas e paranaenses na primeira metade do século XX. Ocupada a fronteira e determinada a estrutura agrária no caso paulista, pode-se desenhar uma intervenção numa realidade em que a propriedade da terra e o perfil de beneficiários estão determinados, haja vista as mais de 200 mil unidades de produção agropecuária menores que 100 hectares existentes no Estado à espera de oportunidade econômica. **O segundo aspecto** reside no fato de que a moderna tecnologia de cafés adensados com qualidade exige lavoura permanente, e não é compatível com o nomadismo da concepção de expansão da atividade com base na incorporação de novas fronteiras de terras férteis, inexistentes ou destinadas a outra cultura. **O terceiro aspecto** consiste na constatação de que a grande maioria das propriedades cafeeiras já são definidas como de pequenas dimensões. **O quarto aspecto** decorre do fato de que o café, não sendo o único produto responsável pela geração de cambiais de exportação, pode ser objeto de uma reengenharia produtiva que conduza a um novo padrão estrutural.

Além desses pontos, o Novo Café tem

características que combinam perfeitamente com a expansão agropecuária em base estrutural com melhoria nos padrões distributivos da renda e da estrutura fundiária. **A primeira delas** está na tradição da inserção brasileira no mercado internacional de café como o maior exportador mundial, que poderia sair das atuais 17 milhões de sacas/ano vendidas no exterior para algo em torno de 30 milhões de sacas/ano, mudando radicalmente o conceito do café brasileiro para cafés de qualidade, descomoditizando sua inserção comercial. **A segunda** está no domínio e na liderança brasileira no plano mundial de como cultivar cafés de alta produtividade, de lavoura e qualidade de bebida superior, o que geraria uma transformação na base da cadeia de produção, tornando-a moderna não apenas nos cafezais adensados, mas principalmente pela agregação de valor em agroindústrias de primeira linha. **A terceira** está no efeito multiplicador dessa cafeicultura como geradora de demanda efetiva para serviços especializados e insumos de qualidade em toda a cadeia de produção. **A quarta** representa o fato de que o café poderia ocupar zonas aptas de regiões cafeeicultoras decadentes, inclusive especializando-se, como o cultivo do robusta na Alta Paulista associado ao arábica da Mogiana, para formar *blends* de cafés de São Paulo com variadas características de bebidas a fim de explorar nichos de mercados.

Entretanto, o Novo Café exige requisitos fundamentais para ser competitivo: produtividade e qualidade. No tocante à qualidade surgem as técnicas de manejo do cafezal e de colheita e pós-colheita, que conduzem à necessidade de profissionalização dos cafeicultores familiares como gestores de negócios e a qualificação da mão-de-obra utilizada. Mais do que isso, necessita de variedades com aromas diferenciados e mais atrativos, o que passa a ser uma preocupação da pesquisa pública de melhoramento genético de busca de diferenciação de produtos. A sofisticação



de produzir mais café com grande amplitude de aromas para distintos paladares revela-se o pilar do Novo Café. Isso porque o café, cada vez mais, deixará de ser *commodity* para se tornar bebida. Portanto, são estratégicas as técnicas preocupadas com a qualidade da bebida, procurando a diferenciação do produto de forma a romper com a imagem do café brasileiro como café de baixa qualidade. Para tanto, deve-se desenvolver os mecanismos de diferenciação de produto por origem e os mecanismos de mercado compatíveis com as transações baseadas na qualidade.

Desse modo, a solução completa do Novo Café não estará disponível em manuais técnicos ilustrados com fotografias de paisagens deslumbrantes. E os cafezais em florada são realmente de uma beleza magnífica. Há muito tempo tem-se no Brasil os melhores manuais técnicos do mundo, mas nem sempre deles concretizou-se o melhor café do mundo. A busca da quantidade tolheu ganhos de qualidade. Durante muito tempo a preocupação centrou-se no controle dos esto-

ques de grãos, mas nunca no tipo de grão que deveria ser estocado. Ao contrário, tudo era grão, classificado genericamente como o famoso Tipo 4 Santos. O presente já não tolera mais essa prática e o futuro certamente a abolirá. A reversão dessa lógica exige maior presença das lideranças cafeeiras, não apenas na formulação de políticas setoriais mas, principalmente, num compromisso inabalável com as mudanças que contagie seus representantes. **O futuro desejado de uma cafeicultura forte e competitiva, construindo uma agricultura mais rica e estruturalmente mais justa, como suporte de uma economia continental sólida e menos desigual, representa o desafio. Resta então abafar o cântico particularista das cigarras que corroem nossas raízes, fazendo emergir lindas floradas para o trabalho de inúmeras colmeias produtoras de néctar. Noutras palavras, para que nossa terra produza grande volume de frutos de vermelho intenso que, maduros, gerem o Café do Brasil... do Brasil do Café para o Mundo.**

## LITERATURA CITADA

LOUREIRO, M. R. G. **Terra família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo.** São Paulo, 1984. 219 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PAIVA, R. M.; SCHATTAN, S.; FREITAS, C. F. T. **Setor agrícola do Brasil.** São Paulo: IEA, 1973. 450 p.

VEGRO, C. L. R.; MARTIN, N. B.; MORICOCCHI, L. Sistemas de produção e competitividade da cafeicultura paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 6, p. 7-44, jun. 2000.

### **CAFÉ DE FAMÍLIA: lavoura competitiva de alta produtividade e qualidade superior**

**RESUMO:** *O trabalho analisa a evolução histórica da importância do café na economia brasileira, como produto que sustentou a geração de renda para financiar as grandes transformações do desenvolvimento nacional neste século. Ainda o principal produtor e exportador mundial, o Brasil tem no café uma possibilidade ímpar no sentido de alavancar o novo ciclo de desenvolvimento com redução das disparidades sociais, tendo como base a moderna tecnologia de café adensado com elevada renda e demanda de força de trabalho por hectare, o que torna viável o café de família, qual seja, propriedades cafeeiras de tamanho pequeno e médio com alta produtividade e qualidade superior do produto.*

**Palavras-chave:** *desenvolvimento sustentável, economia cafeeira, agronegócio familiar, propriedade familiar.*

**FAMILY COFFEE:  
competitive farming of high productivity and superior quality**

**ABSTRACT:** *This paper analyzes historical evolution of the importance of coffee in the Brazilian economy, as the product that has sustained income generation, thus financing the changes in the national development of this century. Still the main world producer and exporter, Brazil has in coffee crops a unique possibility to boost a new development cycle and reduce social disparities. Based on the modern technology of dense coffee that provides high income and high labor demand per hectare, this cycle would enable the family coffee crop, represented by small and medium-sized coffee properties, with high productivity and high quality products.*

**Key-words:** *sustainable development, coffee economy, family agribusiness, family property.*

---

Recebido em 26/03/2001. Liberado para publicação em 29/06/2001.